

Governo vai permitir corte de salário e jornada pela metade

Argumento da medida é preservar empregos; Guedes anuncia voucher de R\$ 200 para informais

A gestão Jair Bolsonaro vai permitir que empresas cortem jornada e salários de trabalhadores pela metade em meio ao avanço do coronavírus. A iniciativa deve ser encaminhada por medida provisória. Para o governo, isso preservará empregos.

"É preciso oferecer instrumentos para empresas e empregados superarem esse período de turbulência. O interesse de ambos é preservação de emprego e renda", disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo. Férias também serão simplificadas.

A redução poderá durar enquanto estiver em vigor o estado de calamidade, aprovado pela Câmara ontem.

Outra medida anunciada por Paulo Guedes (Economia) é dar vouchers de R\$ 200 a trabalhadores informais por três meses.

Para não cair na pobreza, essa população precisaria de no mínimo R\$ 250. Outro desafio é como distribuir esse dinheiro. Mercado A17 a A19



Usando máscaras de forma errada, Bolsonaro e ministros anunciam medidas. Pedro Ladeira/Tôlmeires

Pacote corta em 50% jornada e salário para CLT e dá R\$ 200 para informais

Iniciativa poderá durar enquanto estiver em vigor o estado de calamidade, já aprovado na Câmara

BRASÍLIA O governo permitirá o corte de até 50% da jornada e do salário dos trabalhadores formais durante a crise do coronavírus. Além disso, vouchers mensais de R\$ 200, ao longo de três meses, serão distribuídos aos informais.

Anunciadas nesta quarta-feira (18), as iniciativas deverão ser encaminhadas ao Congresso por medidas provisórias, que precisam do aval do

Congresso em 120 dias e têm efeito imediato.

O governo ainda avalia a possibilidade de as propostas serem enviadas por meio de PL (projeto de lei).

A MP da redução proporcional de jornada e salário fará alterações na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O país tinha 39 milhões de empregos formais em dezembro de 2019, segundo o Caged (Ca-

dastro Geral de Empregados e Desempregados).

O Ministério da Economia afirmou que a medida exigirá negociação individual e visa preservar empregos.

“É preciso oferecer instrumentos para empresas e empregados superarem a turbulência. O interesse de ambos é preservação de emprego e renda”, disse o secretário de Trabalho, Bruno Dalcolmo.

Pelas regras mencionadas, as empresas devem continuar pagando pelo menos o salário mínimo. Também não pode ser reduzido o salário-hora do trabalhador.

A iniciativa poderá durar enquanto estiver em vigor o estado de calamidade. O governo enviou ao Congresso um pedido para que seja decretada a situação emergencial até 31 de dezembro.

A proposta, que libera o governo de cumprir a meta fiscal deste ano, foi aprovada na noite desta quarta pela Câmara (leia à pág. A19). Agora o texto será analisado pelo Senado.

A equipe econômica disse acreditar que pode haver uma melhora na economia antes do fim do ano, em até quatro meses. Isso faria as empresas normalizarem seus contratos.

“Muito mais grave, diante de uma crise desta, é a pessoa perder o emprego e sobreviver sem salário”, afirmou o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

Os técnicos da pasta não descartaram a adoção de medidas ainda mais profundas. Uma das ideias debatidas é a possibilidade de permitir a suspensão do contrato de trabalho com acesso de trabalhadores ao seguro-desemprego, como a Folha mostrou.

“Medidas mais duras podem ser tomadas para alguns setores”, afirmou Dalcolmo, quando lhe foi perguntado sobre o assunto. A ideia ainda não é um consenso no governo.

As medidas anunciadas também simplificam as regras para empresas estabelecerem férias coletivas, que podem valer para toda a empresa ou apenas parte dela.

Antes, os empregadores tinham de avisar essa iniciativa ao governo e aos sindicatos com antecedência mínima de duas semanas. Agora, a notificação poderá ser feita 48 horas antes.

Os trabalhadores também poderão ter antecipadas féri-

as de 15 dias mesmo que não tenham completado um ano na empresa. Além disso, feriados não religiosos poderão ser antecipados, durante a restrição de circulação de pessoas.

As empresas ainda poderão suspender o pagamento do FGTS ao trabalhador, o que, na visão do governo, dá mais flexibilidade para o fluxo de caixa da empresa.

Nesse caso, o empregador poderá deixar de recolher a contribuição por três meses e, nos meses seguintes, recolher o montante faltante.

Serão flexibilizadas as regras de banco de horas e de trabalho remoto, que na visão do governo teriam muitas amarras.



O ministro da Economia, Paulo Guedes, durante anúncio de medidas contra os efeitos econômicos da epidemia de coronavírus Pedro Ladeira/Folhapress

Pacote corta em 50% jornada e salário para CLT e dá R\$ 200 para informais

Continuação da pág. A17

Mais cedo, em entrevista comandada por Jair Bolsonaro ao lado de ministros, entre eles Paulo Guedes (Economia), o governo anunciou o voucher para os informais.

A medida vai custar R\$ 15 bilhões. O Ministério da Economia estima que de 15 milhões a 20 milhões de pessoas serão contemplados com o pagamento.

Serão beneficiados aqueles que não têm emprego formal —ou seja, com carteira assinada— nem recebam recursos de programas como Bolsa Família e BPC (benefício para idosos parentes e deficientes).

“A preocupação do presidente é o mercado informal. São 38 milhões de brasileiros que estão nas praias vendendo mate, vendendo cocada na rua, são os flanelinhas”, afirmou Guedes.

Deve ficar sob responsabilidade da Caixa e do INSS o pagamento dos vouchers aos selecionados para o programa. A intenção é que haja pagamento direto em contas, sem necessidade de visita a agências.

Para viabilizar o programa e a seleção de beneficiários, o governo pretende usar o Cadastro Único (CadÚnico) —que hoje é usado para os programas sociais.

O novo benefício tem valores próximos aos do Bolsa Família. Atualmente, o benefício básico do programa é de

R\$ 89 por família, com adicional variável que pode chegar a R\$ 205. O benefício médio é de R\$ 191.

Uma das dificuldades dos técnicos tem sido identificar os brasileiros com trabalho informal para pôr em ação um plano de ajuda a esse público.

O benefício temporário via CadÚnico poderia proteger informais com atividades esporádicas, como ambulantes, e outros grupos, como donos de pequenos negócios e autônomos, como agrônomos com contrato de prestação de serviço, mas sem vínculo de emprego.

O CadÚnico tem 29 milhões de famílias listadas. O Bolsa Família, maior programa de transferência de renda, cobre cerca de 13 milhões delas.

Há, portanto, mais famílias de baixa renda no cadastro, mas que não se encaixam nos critérios do Bolsa. Quase 90% dos listados no CadÚnico têm renda de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) por integrante da família.

Segundo Guedes, outra ação do governo será pagar parte dos salários de trabalhadores de micro e pequenas empresas que se comprometerem a não demitir funcionários.

Na segunda (16), o governo anunciara R\$ 147,3 bilhões para enfrentar o coronavírus.

Agora, com os anúncios desta quarta, serão mais R\$ 22,3 bilhões para combater os efei-



OUTRAS MEDIDAS

Simples

Aprovado nesta quarta (18), o adiamento do pagamento de tributos do Simples também vale para microempreendedores individuais. Os vencimentos de abril, maio e junho serão adiados, respectivamente, para outubro, novembro e dezembro

Turismo

Portaria flexibilizará empréstimos do Fungetur para micro, pequenas e médias do setor de viagens

Crédito

O BB ampliou em R\$ 100 bilhões suas linhas de crédito, o que beneficia 13 milhões de clientes

tos econômicos da pandemia —o que inclui o voucher. O total é de R\$ 169,6 bilhões.

O governo passou a incluir também na conta dos estímulos o repasse de R\$ 5 bilhões ao Ministério da Saúde feito na sexta (13) por MP. Com o adiamento do Censo do IBGE para 2021, mais R\$ 2,3 bilhões serão remanejados para a saúde.

A elevação dos gastos será possível em razão da decretação do estado de calamidade.

Segundo Guedes, essa medida evitará que sejam bloqueados R\$ 40 bilhões em verbas de ministérios. “A calamidade pública foi a melhor resposta técnica para evitar o contingenciamento, que seria dramático.”

O governo prevê um déficit de R\$ 124,1 bilhões para 2020 —o rombo poderá chegar a no mínimo R\$ 224,1 bilhões. A projeção preliminar é de mais gastos no montante mínimo de R\$ 120 bilhões.

Sem aval do Congresso para a calamidade pública, assessores do governo consideram que a meta fiscal de déficit deste ano será descumprida.

Bolsonaro solicitou a decretação de calamidade com base na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) a fim elevar os gastos com saúde no combate ao novo coronavírus.

Fábio Pupo, Thiago Resende, Bernardo Caram, Gustavo Uribe, Ricardo Della Coletta, Talita Fernandes e Julio Wiziack

Valor para que informais e conta própria não caiam na pobreza seria de R\$ 250

Valor equivale a menos de um quinto do que esses grupos ganham hoje, em média; governo federal precisaria destinar R\$ 9,5 bi ao mês

Fernando Canzian

SÃO PAULO O governo federal precisaria destinar R\$ 9,5 bilhões ao mês para impedir que 38,3 milhões de trabalhadores informais, incluindo os conta própria sem CNPJ, caiam abaixo da linha de pobreza no período de recolhimento devido à crise do coronavírus.

O valor corresponderia a R\$ 250 ao mês para cada um deles, o mínimo para mantê-los acima da pobreza no pior cenário da crise. Ainda assim, haveria queda brutal em seus rendimentos mensais e diminuição acentuada da atividade econômica —esses trabalhadores representam 40% da força de trabalho do país.

Nos dois tipos de ocupação que mais cresceram nos últimos anos, os 19,3 milhões de conta própria sem CNPJ têm renda mensal média de R\$ 1.355; os 11,6 milhões de trabalhadores informais no setor privado, de R\$ 1.470. Há ainda 4,5 milhões de domésticos sem carteira, com renda média de R\$ 768.

Segundo o ministro Paulo Guedes (Economia), o foco será ajudar emergencialmente os informais. Uma das ideias é distribuir vouchers para compra de alimentos e medicamentos, mas isso traz problemas logísticos e de identificação dos necessitados.

Há dois desafios para a ajuda direta aos informais. 1) De onde virá o dinheiro se 95% da receita orçamentária vai para gastos obrigatórios? 2) Como fazer os valores cheguem até eles?

Com o pedido de calamidade pública para enfrentar a crise, o governo poderia ampliar a meta de déficit deste ano —de R\$ 124,1 bilhões— prevista na Lei de Diretrizes

Orçamentárias e relaxar as limitações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

“O governo vai emitir títulos. Se não tiver compradores no mercado, quem compra é o Banco Central. Trata-se de uma emissão de dinheiro”, diz o economista e ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Antonio Delfim Netto. “E tem que fazer isso mesmo.”

O economista Marcelo Neri, diretor da FGV-Social, afirma que, como administrador do chamado Cadastro Único, a Caixa tem os endereços de 27 milhões de famílias necessitadas —e é por meio dele que o governo pretende lançar a ajuda aos informais.

Cerca de 13,2 milhões delas já participam do Bolsa Família, e há um número considerável —bem acima da média geral do país— de indivíduos trabalhando informalmente ou por conta própria.

O caminho mais rápido para chegar a eles seria reforçar emergencialmente o valor pago a famílias atendidas pelo Bolsa Família, que recebem cerca de R\$ 190 mensais.

No pacote de R\$ 147,3 bilhões já anunciado, R\$ 3,1 bilhões seriam de fato verbas orçamentárias para ampliar em mais 1,1 milhão os beneficiários do programa —são os que já estão na fila há um ano.

Para as demais, a Caixa teria de montar um mecanismo para atendê-las e distribuir os recursos.

O diretor da FGV-Social afirma que os R\$ 250 para os informais seriam o mínimo para não aumentar o atual contingente de 23,2 milhões de pessoas no Brasil que vivem na pobreza. “Seria pagar para as pessoas ficarem em casa.”

Para Naercio Menezes, coordenador do Centro de Po-

GOVERNO NEGOCIA NOVAS REGRAS PARA O BPC

A negociação com o Congresso é sobre o benefício assistencial pago a idosos carentes e deficientes de baixa renda. A disputa envolve a derrubada de um veto de Bolsonaro em sessão do Congresso na semana passada, aumentando o limite de renda familiar para ter direito ao benefício. Por maioria, a Câmara e o Senado decidiram que o BPC deveria ser pago a famílias com renda de até meio salário mínimo (R\$ 522,50) por integrante.

líticas Públicas do Insuper, aumentar o valor do Bolsa Família seria mais eficiente, inclusive para ajudar a conter efeitos de uma “recessão brava” que se avizinha, na sua opinião.

Como o titular já tem o cartão do programa, basta carregá-lo com um valor maior.

“O Bolsa Família tem um efeito multiplicador muito forte para municípios, sobretudo no comércio e serviços. Ele faz a economia girar”, diz.

Segundo seus cálculos, para cada R\$ 1 a mais per capita com o Bolsa Família, o PIB per capita do município onde o dinheiro é gasto aumenta R\$ 4.

Entre as medidas já anunciadas pelo governo, o economista e professor da PUC-Rio José Marcio Camargo avalia como grande acerto a antecipação das parcelas do 13º salário dos aposentados.

“Muitas famílias dependem dessa renda”, diz. Uma de suas grandes preocupações são os pequenos comércios do país.

Uma opção à simples doação desses recursos seria oferecer empréstimos emergenciais, mas a organização disso supera a dificuldade já grande de encontrar as pessoas.

Caminhos possíveis seriam sistemas como o Crediamigo, do Banco do Nordeste, que atende 2 milhões.

Para o ex-presidente do Sebrae Guilherme Afif Domingos, além de medidas emergenciais para pequenas e médias empresas, seria fundamental o Congresso aprovar a chamada PEC Emergencial, que possibilita a administradores públicos cortar em até 25% a jornada de trabalho e o rendimento de servidores.

“Os governos precisam abrir rapidamente espaço em seus orçamentos”, diz.

Colaborou Nicola Pamplona, do Rio